



CAMPINA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEDUC
CENTRAL DE COMPRAS – CDC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026 - SEDUC

UASG 981981

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEDUC
CENTRAL DE COMPRAS – CDC

OBJETO

O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO INSTITUCIONAL NOVO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO DO NOVO CINE CAPITÓLIO, INCLUINDO FORNECIMENTO, ENTREGA, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PROVIDA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 191.416,08 (cento e noventa e um mil quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 ÀS 08H30, | www.comprasgovernamentais.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim.

ALESSANDRA DE SOUSA SILVA
Pregoeira Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026 - SEDUC

UASG 981981

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com Sede na Rua Paulino Raposo, 71/347, São José, Campina Grande - PB, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, utilizando critério de **MENOR VALOR POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do DECRETO Nº 4.751, DE 18 DE ABRIL DE 2023, Portaria de Penalidades SAD nº 254/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO INSTITUCIONAL NOVO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO DO NOVO CINE CAPITÓLIO, INCLUINDO FORNECIMENTO, ENTREGA, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PROVIDA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O valor total estimado para esta licitação é de R\$ 191.416,08 (cento e noventa e um mil quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos, conforme detalhamento constante da planilha orçamentária.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou responsável técnico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.9.1. A vedação à participação de empresas em consórcio justifica-se pela simplicidade e padronização do objeto, amplamente disponível no mercado e facilmente executável por fornecedores individuais, sem necessidade de complementariedade técnica ou econômica. A formação de consórcios não agrega vantagem à Administração, podendo, ao contrário, aumentar a complexidade e os custos da contratação, em estrita consonância com o art. 15, § 1º, da Lei 14.133/2021.

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste Edital.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante preencherá a proposta no sistema eletrônico, nos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 4.1.2. Marca;
 - 4.1.3. Fabricante;
 - 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado aberto e fechado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.25. Após a utilização de todos os critérios de desempate estipulados no artigo 60 da Lei 14.133/21 e subitens anteriores, persistindo o empate, será realizado SORTEIO entre as licitantes, através da extração do prêmio da Loteria Federal.

5.25.1. Será considerada, para fins de desempate, a primeira extração da Loteria Federal que ocorrer após a definição do empate.

5.25.2. O sorteio levará em consideração os últimos dois números da extração do prêmio da Loteria Federal e os números referenciais do CNPJ das empresas empatadas, devendo ser observadas as seguintes regras:

5.25.3. As empresas empatadas receberão um número para participar da próxima extração do primeiro prêmio da Loteria Federal.

5.25.4. O dígito verificador do CNPJ de cada empresa será o número, preferencialmente, usado para identificar a empresa no sorteio, conforme exemplo.

XX.XXX.XXX/0001-XX

5.25.5. Se houver coincidência entre os dígitos verificadores das empresas, serão usados os dois últimos dígitos da raiz do CNPJ, e assim por diante, conforme exemplo.

XX.XXX.XXX/0001-XX

5.25.6. A classificação será feita pela aproximação ao número sorteado, da seguinte forma:

5.25.7. Os primeiros da lista de classificação serão os números abaixo do sorteado considerados em ordem decrescente, do maior para o menor.

5.25.8. Complementam a lista de verificação os números acima do sorteado considerados em ordem crescente, do menor para o maior.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

5.25.9. O vencedor será o número que estiver em primeiro na lista de classificação.

5.25.10. Os demais integrantes da lista de classificação assumirão os respectivos lugares e serão consideradas na ordem de preferência caso seja necessário.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0> :).

7.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d”, acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ([https://certidoes - apf.apps.tcu.gov.br/](https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por formato eletrônico.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no e-mail: cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. As sanções de que trata este Edital são aquelas descritas nos artigos 155 a 163, da LEI Nº. 14.133/2021, bem como na forma prevista na PORTARIA DE PENALIDADES SAD Nº 254/2024, a qual encontra-se acessível através do link [cdc.campinagrande.pb.gov.br].



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguinte meio:* cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou através dos e-mails: pregoes@campinagrande.pb.gov.br ou cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br ou pmcglicitacao@gmail.com

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Gerenciamento de Risco

11.11.2. ANEXO II - Planilha de Quantitativos e Preços

11.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

11.11.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato

Campina Grande/PB, data da assinatura eletrônica





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

ANEXO I

Termo de Referência





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026 - SEDUC

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO INSTITUCIONAL NOVO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO DO NOVO CINE CAPITÓLIO, INCLUINDO FORNECIMENTO, ENTREGA, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PROVIDA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MESA REDONDA 100 CM	UND	11	R\$ 472,75	R\$ 5.200,25
2	MESA REDONDA 120 CM	UND	2	R\$ 553,04	R\$ 1.106,08
3	MESA SEMI OVAL	UND	1	R\$ 2.502,67	R\$ 2.502,67
4	MESA BASCULANTE 180 CM	UND	7	R\$ 866,51	R\$ 6.065,57
5	MESA BASCULANTE 90 CM	UND	1	R\$ 824,56	R\$ 824,56
6	MESA EM L COM ARMÁRIO	UND	1	R\$ 1.870,35	R\$ 1.870,35
7	MESA DE INFORMÁTICA DUPLA	UND	2	R\$ 483,33	R\$ 966,66
8	MESA INFORMÁTICA DUPLA C/ DIVISÓRIA	UND	5	R\$ 1.385,00	R\$ 6.925,00
9	BALCÃO DE ATENDIMENTO	UND	1	R\$ 1.410,00	R\$ 1.410,00
10	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO	UND	1	R\$ 761,98	R\$ 761,98
11	ESTANTE BAIXA MODULAR – BIBLIOTECA	UND	30	R\$ 1.662,85	R\$ 49.885,50
12	QUADRO BRANCO MÓVEL C/ RODÍZIOS	UND	6	R\$ 993,76	R\$ 5.962,56
13	CADEIRA FIXA	UND	106	R\$ 96,00	R\$ 10.176,00
14	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA	UND	13	R\$ 247,31	R\$ 3.215,03
15	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE	UND	1	R\$ 437,33	R\$ 437,33
16	PUFF QUADRADO	UND	9	R\$ 154,93	R\$ 1.394,37
17	PUFF REDONDO	UND	18	R\$ 191,08	R\$ 3.439,44
18	BANCO ESTOFADO	UND	5	R\$ 646,67	R\$ 3.233,35
19	PIPOQUEIRA INDUSTRIAL INDEPENDENTE	UND	1	R\$ 3.751,42	R\$ 3.751,42
20	MESA CAMARIM C/ ESPELHO E GAVETA	UND	10	R\$ 956,67	R\$ 9.566,70



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

21	ARARA MÓVEL P/ ROUPAS C/ RODÍZIOS	UND	4	R\$ 228,11	R\$ 912,44
22	SOFÁ 03 LUGARES	UND	2	R\$ 1.377,31	R\$ 2.754,62
23	TV FOYER	UND	1	R\$ 69.054,20	R\$ 69.054,20
VALOR TOTAL: 191.416,08 (cento e noventa e um mil quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos)					

1.2. A planilha detalhada de itens, especificações e quantidades constará em anexo (Anexo I).

1.3. Os produtos ofertados deverão atender às especificações descritas na planilha de quantitativos constante deste Termo de Referência, observando as características de qualidade técnica, desempenho e funcionalidade estabelecidas, podendo ser aceitos produtos de qualidade superior, desde que estritamente compatíveis com as especificações mínimas exigidas.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, por se tratar de mobiliário institucional destinado a equipamento público de educação e cultura, com características padronizadas, fabricado em escala e amplamente disponível no mercado.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, por apresentarem especificações usuais no mercado, facilmente comparáveis entre diferentes fornecedores e adequadas à utilização do critério de julgamento por menor preço.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme o artigo 10, § 1º do Decreto municipal Nº 4.751/23º, o Município de Campina Grande ainda não dispõe do Plano de Contratação Anual, razão pela qual não se aplica no presente caso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')

3.1. Nos termos do art. 19, § 2º da Lei 14.133/2021, por meio de consulta, foi verificado a inexistência de item padronizado que contemple as características técnicas deste objeto. Ademais, o Município de Campina Grande ainda não instituiu CEP próprio. A adoção de códigos semelhantes do catálogo federal resultaria em descrição incompleta do objeto e possível majoração de custos, contrariando o princípio da economicidade.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

3.2. As especificações técnicas mínimas e os quantitativos detalhados de cada item constam em planilha anexa (Anexo I – Especificações e Quantitativos do Mobiliário do Cine Capitólio), que integra este Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar sempre que possível seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.2 Preferência por mobiliário produzido com materiais recicláveis ou reciclados, quando tecnicamente viável, desde que mantida a qualidade e durabilidade;

4.1.1.3 Utilização de madeira legalmente comprovada (documentação de origem florestal) ou de reflorestamento, quando aplicável;

4.1.1.4. Acabamentos que permitam limpeza e manutenção com menor consumo de água e insumos químicos, preferencialmente com tintas e revestimentos de baixo teor de compostos orgânicos voláteis (COV);

4.1.1.5. Mobiliário com vida útil prolongada, com estruturas resistentes e facilidades de manutenção, reduzindo necessidade de substituição e geração de resíduos;

4.1.1.6. Obrigação da contratada de recolher e dar destinação ambientalmente adequada às embalagens e resíduos decorrentes da entrega e montagem dos mobiliários.

4.2. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

4.3. Os materiais utilizados deve ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.4.1. Justifica-se a vedação considerando tratar-se de fornecimento direto de bens (mobiliário), cuja responsabilidade técnica e comercial deve permanecer integralmente com a empresa contratada.

4.5. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133.

4.5.1. A garantia não será exigida por se tratar de aquisição de bens comuns, de entrega única, com baixo risco contratual e pagamento condicionado à entrega integral conforme especificações.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Os bens serão entregues no Depósito Central da Secretaria Municipal de Educação – Rua Manoel Mota, 745 – Bairro Bodocongó – Campina Grande/PB, com agendamento prévio no horário das 7:00 às 13:00 de segunda à sexta.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A empresa contratada será responsável pelo transporte, seguro, descarga, movimentação interna, montagem e instalação dos mobiliários, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do pagamento

7.9. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.10.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no Sicafe, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR POR LOTE.

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Quando admitida a participação de pessoa física, exigir-se-á certidão de inexistência de insolvência civil, expedida pelo Distribuidor do domicílio do proponente, a fim de assegurar tratamento isonômico em relação à exigência prevista para pessoas jurídicas.

8.25. Para este certame, por se tratar de aquisição de bens comuns, de entrega única e baixo risco contratual, mantenho apenas a qualificação econômico-financeira mínima já prevista no TR (certidão negativa de falência/insolvência), afastando exigência de balanço patrimonial ou índices contábeis, em observância ao princípio da proporcionalidade e às orientações do TCU sobre habilitação.

Qualificação técnica

8.26. Quanto à qualificação técnica, considerando que se trata de aquisição de bens comuns, com especificações objetivas no Termo de Referência e controle de conformidade por ocasião do recebimento (com possibilidade de rejeição e substituição dos itens em desacordo), opta-se por não exigir atestados de capacidade técnica ou outros requisitos adicionais, por reputá-los desnecessários e potencialmente restritivos à competitividade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 191.416,08 (cento e noventa e um mil quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos) conforme custos unitários apostos na planilha acima.

9.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12 361 1009 2048

ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

FONTE DE RECURSOS: 15001001

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Campina Grande, data de assinatura eletrônica.

RAYANNE OLIVEIRA FREITAS
Assessora Técnica

ANEXO I





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MEMORIAL DESCRITIVO: MOBILIÁRIOS BASE PARA CINECAPTÓLIO

SETEMBRO 2025

ESPECIFICAÇÕES DE ARQUITETURA

Assinado por 1 pessoa: RAMUNDO SOARES FERREIRA ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/583AC4B2B7A98B7A365> e informe o código 583AC4B2B7A98B7A365



Justificativa técnica

O projeto do Cine Capitólio consiste em uma proposta de requalificação e aparelhamento de ambientes destinados a práticas culturais, educativas e formativas, concebido para suprir a carência de espaços adequados à realização de atividades de leitura, estudo, apresentações, oficinas, cursos e produções multimídia.

A concepção do projeto foi estruturada de forma a atender a diferentes tipologias de uso, contemplando ambientes administrativos, biblioteca, salas multiuso, salas de estudos, laboratório de informática, podcast, camarins e foyer. Dessa forma, busca-se garantir a funcionalidade do espaço e a democratização do acesso à cultura, ao conhecimento e à informação.

Entre as principais referências adotadas no desenvolvimento, destacam-se as normativas nacionais aplicáveis, como a ABNT NBR 9050:2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), ABNT NBR 9077:2001 (Saídas de emergência em edifícios) e ABNT NBR 15220:2005 (Desempenho térmico de edificações), além das regulamentações vigentes de segurança contra incêndio e exigências técnicas estabelecidas pelo FNDE e demais órgãos de referência.




A escolha e especificação do mobiliário seguiram critérios de ergonomia, durabilidade, conforto e acessibilidade, garantindo a adequação aos fluxos de circulação, à diversidade de usos e ao atendimento seguro da comunidade. Foram definidos itens como mesas de estudo, estantes modulares para biblioteca, balcão de atendimento, mesas de informática com divisórias, puffs e assentos coletivos, além de mobiliário específico para áreas de apoio, como recepção, camarins e setor administrativo.

A capacidade de ocupação simultânea foi estimada a partir da análise do layout arquitetônico, considerando a disposição racional do mobiliário descrito no memorial, os fluxos de usuários e as exigências normativas para conforto e segurança.

Dessa forma, assegura-se que os ambientes atendam às necessidades de diferentes públicos e atividades, promovendo qualidade espacial, eficiência funcional e incentivo ao uso contínuo e diversificado do Cine Capitólio.




MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
01	Mesa Redonda	<p><u>Material:</u> Estrutura em chapa de aço carbono, de alta durabilidade.</p> <p><u>Sistema de Soldagem:</u> MIG, garantindo superfície lisa e homogênea, sem respingos, sem rebarbas ou partes cortantes, e sem elementos de fixação em contato com o usuário.</p> <p><u>Pré-Tratamento:</u> Antiferrugem, com pintura eletrostática a pó, resistente e impermeável.</p> <p><u>Tampo:</u> Em MDP de 18 mm de espessura, estável e resistente, com acabamento em fita de borda.</p> <p><u>Borda:</u> Fita de borda em PVC de 2 mm, resistente ao uso cotidiano escolar.</p> <p>Dimensões: D x A – 100 cm x 74 cm</p>	<p>Foyer (térreo) - 05 unidades</p> <p>Administrativo (1º pavimento) - 01 unidade</p> <p>Biblioteca (1º pavimento) - 05 unidades</p>	Padrão amadeirado claro, tom semelhante a carvalho natural		11 Unidades
02	Mesa Redonda	<p><u>Material:</u> Estrutura em chapa de aço carbono, de alta durabilidade.</p> <p><u>Sistema de Soldagem:</u> MIG, garantindo superfície lisa e homogênea, sem respingos, sem rebarbas ou partes cortantes, e sem elementos de fixação em contato com o usuário.</p> <p><u>Pré-Tratamento:</u> Antiferrugem, com pintura eletrostática a pó, resistente e impermeável.</p> <p><u>Tampo:</u> Em MDP de 18 mm de espessura, estável e resistente, com acabamento em fita de borda.</p> <p><u>Borda:</u> Fita de borda em PVC de 2 mm, resistente ao uso cotidiano.</p> <p>Dimensões: D x A – 120 cm x 74 cm</p>	<p>Sala de estudos 2 e 3 (1º pavimento) - 02 unidades</p>	Padrão amadeirado claro, tom semelhante a carvalho natural		02 Unidades
03	Mesa Semi Oval	<p><u>Material:</u> Estrutura em chapa de aço carbono, de alta durabilidade.</p> <p><u>Sistema de Soldagem:</u> Processo MIG, sem respingos, garantindo superfície lisa e homogênea, sem rebarbas ou partes cortantes, e sem elementos de fixação em contato com o usuário.</p> <p><u>Pré-Tratamento:</u> Antiferrugem, com pintura eletrostática a pó, assegurando resistência, impermeabilidade e acabamento uniforme.</p> <p><u>Tampo:</u> Em MDP de 18 mm de espessura, estável e resistente, com acabamento em fita de borda.</p> <p><u>Borda:</u> Fita de PVC de 2 mm de espessura, resistente ao uso contínuo.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 250 cm x 74 cm x 90 cm</p>	<p>Sala de estudos 1 (1º pavimento) - 01 unidade</p>	Padrão amadeirado claro, tom semelhante a carvalho natural		01 Unidade


MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR/ QTD POR COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
04	Mesa Basculante	<p><u>Estrutura:</u> Em aço carbono, com pintura em pó híbrida (epóxi/poliéster) aplicada após pré-tratamento cerâmico, garantindo resistência à corrosão e à névoa salina. Colunas em tubo de seção quadrada e extensões estabilizadoras em tubo retangular, soldadas por processo MIG.</p> <p><u>Rodízios:</u> Quatro rodízios de diâmetro mínimo de 60 mm, em material termoplástico de alta resistência, permitindo movimentação suave.</p> <p><u>Mecanismo:</u> Sistema de rebatimento do tampo a 90°, com travamento automático em posições 0° ou 90°. Mancais e suportes em termoplástico de alta estabilidade e componentes metálicos de liga resistente, assegurando suavidade e durabilidade no giro.</p> <p><u>Tampo:</u> Em MDP revestido, espessura de 25 mm (±1), bordas protegidas por perfil de PVC maciço de 3 mm. Fixação na estrutura por buchas metálicas e parafusos. Profundidade mínima de 600 mm e máxima de 800 mm.</p> <p><u>Acabamento:</u> Cantos arredondados, sem rebarbas ou partes cortantes.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 180 cm x 75 cm x 80 cm</p>	<p>Biblioteca (1º pavimento) - 06 unidades</p> <p>Podcast (1º pavimento) - 01 unidade</p>	Padrão amadeirado claro, tom semelhante a carvalho natural		07 Unidades
05	Mesa Basculante	<p><u>Estrutura:</u> Em aço carbono, com pintura em pó híbrida (epóxi/poliéster) aplicada após pré-tratamento cerâmico, garantindo resistência à corrosão e à névoa salina. Colunas em tubo de seção quadrada e extensões estabilizadoras em tubo retangular, soldadas por processo MIG.</p> <p><u>Rodízios:</u> Quatro rodízios de diâmetro mínimo de 60 mm, em material termoplástico de alta resistência, permitindo movimentação suave.</p> <p><u>Mecanismo:</u> Sistema de rebatimento do tampo a 90°, com travamento automático em posições 0° ou 90°. Mancais e suportes em termoplástico de alta estabilidade e componentes metálicos de liga resistente, assegurando suavidade e durabilidade no giro.</p> <p><u>Tampo:</u> Em MDP revestido, espessura de 25 mm (±1), bordas protegidas por perfil de PVC maciço de 3 mm. Fixação na estrutura por buchas metálicas e parafusos. Profundidade mínima de 600 mm e máxima de 800 mm.</p> <p><u>Acabamento:</u> Cantos arredondados, sem rebarbas ou partes cortantes.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 90 cm x 75 cm x 60 cm</p>	Podcast (1º pavimento) - 01 unidade	Padrão amadeirado claro, tom semelhante a carvalho natural		01 Unidade
06	Mesa em L com armário	<p><u>Estrutura:</u> Em chapa de aço carbono, soldada por processo MIG, com superfícies lisas, sem rebarbas ou partes cortantes.</p> <p><u>Tratamento e Pintura:</u> Antiferrugem, com acabamento em pintura eletrostática a pó, resistente e impermeável.</p> <p><u>Tampo:</u> Em MDP de 18 mm de espessura, com fita de borda em PVC de 2 mm.</p> <p><u>Acabamento:</u> Superfície lisa e homogênea, com alta durabilidade.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 160 cm x 74 cm x 175 cm</p>	Administrativo (1º pavimento) - 01 unidade	Padrão amadeirado claro, tom semelhante a carvalho natural		01 Unidade




MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR/ QTD POR COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
07	Mesa para Informática Dupla	<p>Estrutura: Base em tubo de aço carbono, conformado a frio, soldagem MIG, sem rebarbas ou partes cortantes. Tratamento antiferrugem, pintura eletrostática híbrida epóxi/poliéster a pó, com resistência à corrosão. Pés com ponteiros em polipropileno e niveladores em material termoplástico.</p> <p>Tampo: Em MDP de 18 mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces. Bordas em PVC de 3 mm, coladas por processo hot melt. Fixação por buchas metálicas e parafusos zincados.</p> <p>Painel Frontal: Em MDP de 18 mm, com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces. Bordas em PVC de 3 mm. Fixação por sistema Rastex.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 160 cm x 60 cm x 72 cm</p>	<p>Sala de Projeção – 01 unidade</p> <p>Sala de TI – 01 unidade</p>	Estrutura em cor branca		02 Unidades
08	Mesa para Informática Dupla com Divisória	<p>Estrutura: Base em tubo de aço carbono, conformado a frio, soldagem MIG, sem rebarbas ou partes cortantes. Tratamento antiferrugem, pintura eletrostática híbrida epóxi/poliéster a pó, com resistência à corrosão. Pés com ponteiros em polipropileno e niveladores em material termoplástico.</p> <p>Tampo: Em MDP de 18 mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces. Bordas em PVC de 3 mm, coladas por processo hot melt. Fixação por buchas metálicas e parafusos zincados.</p> <p>Painel Frontal: Em MDP de 18 mm, com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces. Bordas em PVC de 3 mm. Fixação por sistema Rastex.</p> <p>Divisórias: Em MDP de 15 mm, revestidas em laminado melamínico de alta pressão nas duas faces. Bordas em PVC de 3 mm, coladas por processo hot melt. Fixação por sistema Rastex.</p> <p>Acabamento e Segurança: Todos os cantos e bordas usinados em raio de 3 mm, sem partes cortantes.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 160 cm x 60 cm x 72 cm</p>	<p>Informática (1º pavimento) - 05 unidades (mesa dupla – total de lugares 10)</p>	Estrutura em cor branca e divisórias em cor a definir pelo fornecedor (verde, laranja, azul ou vermelho), devendo todas as unidades manter a mesma padronização.		05 Unidades
09	Balcão de Atendimento	<p>Estrutura: Confeccionado em painéis de madeira industrializada (MDP ou MDF) de alta resistência. Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente ao uso diário.</p> <p>Acabamento: Bordas protegidas com fita de PVC aplicada por processo de colagem a quente, garantindo maior durabilidade. Superfícies lisas, sem rebarbas ou arestas cortantes, de fácil limpeza e manutenção.</p> <p>Design Funcional: Balcão frontal elevado para atendimento e recepção.</p>	<p>Recepção Biblioteca (1º pavimento) - 01 unidade</p>	Amadeirado (ou similar), com detalhes em contraste.		01 Unidade




MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR/ QTD POR COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
10	Armário	<p><u>Estrutura:</u> Base metálica com acabamento resistente, proporcionando maior durabilidade e estabilidade ao conjunto.</p> <p><u>Tratamento:</u> Superfícies metálicas recebem tratamento antiferrugem, com pintura eletrostática a pó, garantindo acabamento liso, impermeável e resistente ao uso contínuo.</p> <p><u>Corpo:</u> Painéis confeccionados em MDP de 18 mm de espessura, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão. Fixação por sistema de parafusos do tipo Girofix, de alta resistência.</p> <p><u>Bordas:</u> Acabamento com fita de PVC de 2 mm de espessura, resistente ao uso diário, especialmente em ambientes escolares.</p> <p><u>Acabamento geral:</u> Todas as superfícies com acabamento liso, sem rebarbas ou arestas cortantes.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 90 cm x 180cm x 45 cm</p>	Administrativo (1º pavimento) - 01 unidade	Padrão amadeirado claro, tom semelhante a carvalho natural		01 Unidade
11	Estante Baixa Modular para Biblioteca	<p><u>Estrutura:</u> Painéis confeccionados em MDP com espessura mínima de 18 mm, revestidos em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão, com tratamento antimicrobiano. Bordas protegidas com fita de PVC de 2 mm, aplicada por processo de colagem “hot melting” com adesivo à base de PUR. Todos os cantos com acabamento arredondado, sem rebarbas ou arestas cortantes.</p> <p><u>Prateleiras:</u> Modulares, em estrutura metálica com acabamento em pintura eletrostática a pó (epóxi/poliéster), com espessura mínima de 100 microns, com agente antimicrobiano. Contêm divisórias laterais fixas para contenção de livros, garantindo melhor organização. As prateleiras permitem reposicionamento conforme a necessidade do usuário.</p> <p><u>Base:</u> Com sapatas niveladoras em material termoplástico, que garantem estabilidade e proteção ao piso.</p> <p><u>Acabamento geral:</u> Superfícies lisas, com alta resistência ao uso contínuo, fácil limpeza e manutenção.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 117 cm x 142 cm x 72 cm</p>	Biblioteca (1º pavimento) - 30 unidades	Acabamento em padrão amadeirado claro , como carvalho natural ou similar, nas superfícies externas em MDF. Partes metálicas (como prateleiras e divisórias) com acabamento em cor cinza claro ou equivalente.		30 Unidades
12	Quadro Branco Móvel com Rodízios	<p><u>Estrutura:</u> Produzida em tubo metálico de alta resistência, com acabamento em pintura epóxi a pó, garantindo durabilidade e proteção contra oxidação. Design reforçado para maior estabilidade durante o uso.</p> <p><u>Superfície do Quadro:</u> Área útil de escrita em laminado branco de alta pressão, própria para uso com marcadores à base de álcool.</p> <p><u>Bandeja:</u> Acompanha bandeja inferior em toda a extensão da base do quadro, destinada ao apoio de marcadores e apagador.</p> <p><u>Base:</u> Estrutura metálica equipada com 4 rodízios de alta resistência, sendo no mínimo 2 com sistema de trava.</p> <p><u>Acabamento Geral:</u> Superfícies lisas, sem rebarbas ou cantos vivos, garantindo segurança no manuseio. Estrutura de fácil higienização e manutenção.</p> <p>Dimensões: L x A x P - 180 cm x 120 cm (altura total: 200 cm)</p>	<p>Sala Multiuso 01 (1º pavimento) - 01 unidade</p> <p>Sala Multiuso 02 (1º pavimento) - 01 unidade</p> <p>Sala Multiuso 03 (1º pavimento) - 01 unidade</p> <p>Sala de Estudos 01 (1º pavimento) - 01 unidade</p> <p>Sala de Estudos 02 (1º pavimento) - 01 unidade</p> <p>Sala de Estudos 03 (1º pavimento) - 01 unidade</p>	Branco		06 Unidades

MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR/ QTD POR COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
13	Cadeira Fixa	Material: tubo de aço carbono altamente resistente e com acabamento esmerado, pintada com tinta epóxi na cor preta. Assento e encosto em polipropileno em cores azul, laranja e preto. Altura do assento: 46 cm	Foyer (térreo) - 20 unidades Biblioteca (1º pavimento) - 44 unidades Sala de Estudos (1º pavimento) - 22 unidades Informática (1º pavimento) - 10 unidades Camarim (inferior e superior) - 10 unidades	Azul Foyer – 20 unidades Biblioteca – 22 unidades Laranja Biblioteca – 22 unidades Preto Sala de Estudos – 22 unidades Informática – 10 unidades Camarim – 10 unidades		106 Unidades
14	Cadeira Escritório Giratória (Secretária)	<u>Encosto:</u> Estruturado em resina termoplástica com reforço em fibra, revestido com tela flexível à base de poliéster, proporcionando conforto e ventilação. <u>Assento:</u> Confeccionado em compensado multilaminado, estofado com espuma injetada de poliuretano, revestido em tecido tipo crepe. <u>Braços:</u> Reguláveis em altura por botão lateral, formato em “T”, com apoio em polipropileno. <u>Mecanismo:</u> Modelo contato permanente, permitindo ajuste independente da altura do assento, da altura do encosto e da inclinação do encosto. <u>Rodízios:</u> Rodízios duplos em nylon ou poliuretano, adequados para diferentes tipos de piso. <u>Acabamento geral:</u> Todos os cantos e bordas com acabamento liso, livre de rebarbas ou arestas cortantes. Dimensões: L x A x P – 45 cm x 42 cm x 47 cm Medidas de regulagem final de: (A) 54 cm	Administrativo (1º pavimento) – 04 unidades Podcast (1º pavimento) - 05 unidades Recepção (1º pavimento) - 01 unidade Sala de Projeção – 01 unidade Sala de TI – 02 unidades	Preto		13 Unidades
15	Cadeira Escritório Giratória (Presidente)	<u>Encosto:</u> Estruturado em quadro injetado em resina termoplástica com adição de fibra de vidro, de alta resistência mecânica e boa tenacidade, 100% reciclável. Revestido com tela flexível à base de poliéster, proporcionando conforto térmico e ergonomia. <u>Assento:</u> Em compensado multilaminado, estofado com espuma injetada de poliuretano flexível, revestido em tecido tipo crepe. <u>Braços:</u> Reguláveis em altura, com acionamento por botão lateral. Estrutura em formato “T” com apoio em polipropileno. <u>Mecanismo:</u> Tipo contato permanente, permitindo ajustes independentes da altura do assento, da altura do encosto e da inclinação do encosto. <u>Rodízios:</u> Duplos, em nylon ou poliuretano, adequados para pisos diversos. <u>Acabamento geral:</u> Todos os elementos com acabamento liso, sem rebarbas ou superfícies cortantes. Dimensões: L x A x P – 45 cm x 41 cm x 48 cm	Administrativo (1º pavimento) – 01 unidade	Preto		01 Unidade




MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR/ QTD POR COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
16	Puff Quadrado	<p><u>Estrutura e Revestimento Externo:</u> Laterais e parte superior confeccionadas em tecido de alta resistência, 100% poliéster. Fundo em material sintético de alta durabilidade, com tratamento impermeável e de fácil limpeza. Possui fechamento em zíper reforçado.</p> <p><u>Capa Interna:</u> Confeccionada em tecido de poliéster com elastano, com abertura em zíper para manutenção e higienização.</p> <p><u>Preenchimento:</u> Recheio em pérolas de poliestireno expandido (EPS), garantindo conforto e adaptação ergonômica.</p> <p><u>Costura e Acabamento:</u> Costura reforçada em linha de alta resistência.</p> <p>Dimensões: L x A x P – 50 cm x 25 cm x 50 cm</p>	<p>Biblioteca (1º pavimento) - 09 unidades</p>	<p>Amarelo (03 unidades) Laranja (03 unidades) Azul (36 unidades)</p>		09 Unidades
17	Puff Redondo	<p><u>Estrutura e Revestimento Externo:</u> Laterais e parte superior confeccionadas em tecido de alta resistência, 100% poliéster. Fundo em material sintético de alta durabilidade, com tratamento impermeável e de fácil limpeza. Possui fechamento em zíper reforçado.</p> <p><u>Capa Interna:</u> Confeccionada em tecido de poliéster com elastano, com abertura em zíper para manutenção e higienização.</p> <p><u>Preenchimento:</u> Recheio em pérolas de poliestireno expandido (EPS), garantindo conforto e adaptação ergonômica.</p> <p><u>Costura e Acabamento:</u> Costura reforçada em linha de alta resistência.</p> <p>Dimensões: D x A – 50 cm x 25 cm</p>	<p>Foyer (térreo) - 09 unidades</p> <p>Biblioteca (1º pavimento) - 09 unidades</p>	<p>Amarelo (06 unidades) Laranja (06 unidades) Azul (06 unidades)</p> <p>OBS: Mesclar as cores nos ambientes</p>		18 Unidades
18	Banco Estofado	<p><u>Estrutura:</u> Confeccionado em madeira de reflorestamento ou material equivalente de alta resistência, com espuma de densidade adequada para assento confortável.</p> <p><u>Revestimento:</u> Revestido em tecido ou material sintético de fácil limpeza e manutenção, disponível em diversas cores a serem definidas conforme necessidade do contratante.</p> <p><u>Base:</u> Apoiado em pés fixos em material termoplástico ou metálico com tratamento anticorrosivo, garantindo estabilidade e durabilidade.</p> <p><u>Acabamento:</u> Superfícies lisas, sem rebarbas ou arestas cortantes. Costura reforçada, bordas arredondadas para maior segurança.</p> <p>Dimensões: L x A x P – 200 cm x 45 cm x 45 cm</p>	<p>Recepção (1º pavimento) - 01 unidade</p> <p>Circulação (1º pavimento) - 04 unidades</p>	<p>Amarelo (01 unidades) Laranja (02 unidades) Azul (02 unidades)</p> <p>OBS: Mesclar as cores nos ambientes</p>		05 unidades



MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR/ QTD POR COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
19	Pipoqueira Industrial Independente	<p>Características Principais: Estrutura em aço inoxidável, de fácil higienização e alta durabilidade; Painel integrada ao motor, com sistema autônomo em peça única; Possibilidade de retirada da panela para limpeza profunda ou manutenção; Indicador luminoso de ciclo de preparo; Alimentação direta de óleo na panela, evitando sujeira externa ao equipamento; Controle de temperatura digital; Modelo compacto, sem exaustão e sem filtro, com operação simplificada.</p> <p>Equipamento Opcional: Sistema de bomba de óleo para pipoqueiras com</p> <p>Dimensões: L x A x P – 71 cm x 196 cm x 50 cm capacidade de 16oz a 60oz.</p> <p>Acessório Complementar: Balde para óleo em alumínio, sem tampa, com alças;</p>	Foyer (térreo)	Aço inoxidável		01 Unidade
20	Mesa Camarim com Espelho e Gaveta	<p>Estrutura: Mesa para uso profissional, tipo camarim, confeccionada em painel de madeira reconstituída (MDF/MDP), com acabamento em pintura UV branca.</p> <p>Design: Estrutura retangular com tampo reto e painel superior integrado, que comporta espelho fixo.</p> <p>Espelho: Retangular, fixado no painel, com moldura discreta na mesma cor da mesa.</p> <p>Gaveta: 01 gaveta ampla posicionada sob o tampo, com abertura frontal, sem puxador aparente (sistema de corrediça embutida).</p> <p>Iluminação: Painel equipado com 02 luminárias LED já instaladas, modelo bulbo leitoso tipo E27, proporcionando iluminação difusa e uniforme, ideal para uso em maquiagem.</p> <p>Temperatura de cor: luz branca neutra (aprox. 4000K), que evita alteração nas cores reais de pele e produtos.</p> <p>Tensão elétrica: bivolt (110V/220V).</p> <p>Acionamento: botão interruptor lateral no painel.</p> <p>Apoio: Estrutura em formato de mesa convencional, com laterais retas até o piso, garantindo estabilidade.</p> <p>Dimensões: L x A x P – 90 cm x 133 cm x 54 cm</p>	Camarim Inferior (05 unidades) Camarim Superior (05 unidades)	Branco		10 Unidades
21	Arara Móvel para Roupas com Rodízios	<p>Estrutura: Confeccionada em tubos metálicos de aço carbono com pintura epóxi, garantindo maior resistência à oxidação e durabilidade.</p> <p>Design e funcionalidade: Estrutura retangular com base reforçada.</p> <p>Cabideiro superior tubular contínuo para pendurar roupas em cabides.</p> <p>Base inferior com espaço livre, podendo ser utilizada para acomodar caixas, cestos ou outros acessórios.</p> <p>Rodízios: 04 rodízios giratórios de 360°, em material resistente, permitindo fácil movimentação do equipamento em diferentes superfícies.</p> <p>Dois rodízios equipados com travas de segurança, garantindo estabilidade durante o uso.</p> <p>Capacidade de carga: Estrutura reforçada com capacidade média de até 30 kg distribuídos no cabideiro superior.</p> <p>Dimensões: L x A x P – 150 cm x 170 cm x 35 cm</p>	Camarim Inferior (02 unidades) Camarim Superior (02 unidades)	Preto		04 Unidades

MEMORIAL DESCRITIVO

CINE CAPITÓLIO

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	AMBIENTE/ QTD POR AMBIENTE	COR/ QTD POR COR	IMAGEM MARAMENTE ILUSTRATIVA	TOTAL
22	Sofá 03 lugares	<p><u>Estrutura</u>: Sofá de 3 lugares, confeccionado em madeira de reflorestamento (eucalipto ou similar) devidamente tratada, com percintas elásticas de alta resistência e grampos metálicos de fixação.</p> <p><u>Revestimento</u>: Estofado em courino (PU ou PVC) na cor preta, de fácil limpeza e manutenção, resistente à abrasão e adequado para uso intenso.</p> <p><u>Assentos</u>: Espuma de densidade D-28 (ou superior), proporcionando conforto e sustentação.</p> <p><u>Encosto</u>: Almofadas soltas, preenchidas com espuma e manta de fibra siliconada, garantindo maciez.</p> <p><u>Braços</u>: Laterais retangulares, revestidas no mesmo material do sofá, com design reto.</p> <p><u>Pés</u>: Em madeira maciça com acabamento envernizado, levemente inclinados, garantindo estabilidade e estilo contemporâneo.</p> <p><u>Capacidade</u>: Indicado para até 02 ou 03 pessoas.</p> <p><u>Acabamento</u>: Costura reforçada, conferindo maior durabilidade e estética moderna.</p> <p><u>Utilização sugerida</u>: Salas de estar, recepções, escritórios, camarins ou ambientes institucionais.</p> <p>Dimensões: L x A x P – 200 cm x 85 cm x 90 cm</p>	Camarim Inferior (01 unidade) Camarim Superior (01 unidade)	Preto		02 Unidades
23	TV Foyer	TV FOYERTV UHD de 110" para o foyer Painel de Sinalização UHD Tela Grande Brilho: 500 nits (típ.)Resolução: ULTRA HD (3.840 x 2.160)Wi-Fi/Bluetooth integradosAlto-falante integrado (10 W + 10 W)	Foyer (térreo)			01 Unidade

MOBILIÁRIOS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTA

- <https://www.linearica.com.br/produtos/mesa-l200-reuniao-redonda> (mesa redonda)
- <https://www.linearica.com.br/produtos/mesa-escritorio-l400-armario> (mesa em L com armário)
- <https://www.linearica.com.br/produtos/mesa-l200-reuniao-semi-oval> (mesa semi oval)
- <https://metadil.com.br/en/corporate-tables/tilting-tables/> (mesa basculante)
- <https://metadil.com.br/en/corporate-tables/netdesk-tables/> (mesa para informática dupla)
- <https://metadil.com.br/en/school-tables/computer-tables/> (Mesa para informática dupla com divisória)
- <https://metadil.com.br/en/corporate-tables/hellodesk/> (balcão de atendimento)
- <https://www.linearica.com.br/produtos/armario-fechado-administrativo-180> (armário)
- <https://metadil.com.br/en/corporate-cabinets-and-shelving/modular-shelving/> (estante modular baixa p/ biblioteca)
- <https://metadil.com.br/en/pictures-and-blackboards/movable-boards/> (quadro branco móvel)
- <https://metadil.com.br/en/corporate-seating/aria-chairs/> (cadeira fixa)
- <https://www.linearica.com.br/produtos/cadeira-inova-secretaria> (cadeira secretária)
- <https://www.linearica.com.br/produtos/cadeira-inova-presidente> (cadeira presidente)
- <https://metadil.com.br/en/chairs-and-seats/smuff-sun/> (puff)
- <https://metadil.com.br/en/corporate-seating/beam-puffs/> (banco)
- <https://www.equiposhop.com.br/product-page/pipoqueira-mach5-32oz-48oz-ou-60oz> (pipoqueira independente)
- <https://www.mercadolivre.com.br/penteadeira-camarim-atraente-led-e-espelho-5940-branco/up/MLBU1939950333> (mesa camarim)
- <https://www.amazon.com.br/MISSLO-Suporte-resistente-pendurar-vestidos/dp/B0DY7XT16Y?th=1> (arara móvel)
- <https://www.mercadolivre.com.br/sofa-180cm-3-lugares-pes-curvos-santi-sintetico-preto/p/MLB26380727> (sofá 03 lugares)



PLANTA BAIXA - 1º PAV.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 148A-43F0-AAB8-A265

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RENALY COSTA FIGUEIREDO ALVES (CPF 072.XXX.XXX-07) em 19/01/2026 07:32:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/148A-43F0-AAB8-A265>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3DDC-172E-9E27-1879

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAYANNE OLIVEIRA FREITAS (CPF 073.XXX.XXX-76) em 03/02/2026 13:13:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/3DDC-172E-9E27-1879>





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

Gerenciamento de Risco





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

GERENCIAMENTO DE RISCO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026 – SEDUC

INTRODUÇÃO

Em todo processo de aquisição, existem riscos que afetam a formalização do contrato e outros relacionados à gestão e fiscalização do contrato ou Ata de Registro de Preço. Nesta fase inicial, é essencial desenvolver um mapa de riscos que abranja as etapas até a formalização do contrato. Para esclarecer, consideram-se Ações Preventivas as medidas a serem implementadas, com base no mapa de riscos, com o objetivo de evitar a ocorrência dos riscos. Além disso, Ações de Contingência referem-se às medidas necessárias para lidar com os danos causados pela concretização dos riscos previstos.

CrITÉRIOS adotados para a priorização dos dados¹

A partir das ações elencadas, foi efetuado um levantamento de riscos. Para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala com 5 níveis de classificação:

- 1 - muito baixo,
- 2 - baixo,
- 3 - médio,
- 4 - alto e
- 5 - muito alto.

Sendo que a Severidade é a multiplicação dos fatores probabilidade e impacto. Os critérios utilizados para realizar a classificação são apresentados nas tabelas 1 e 2:

CrITÉRIOS de classificação dos riscos – Probabilidade:

Grau de Probabilidade	Definição
1. Muito baixo	<ul style="list-style-type: none">• Chance muito rara de acontecer o evento;• São raros os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento;• Estima-se em menor que 5% a chance deste evento de risco ocorrer
2. Baixo	<ul style="list-style-type: none">• Esporadicamente observa-se a ocorrência deste tipo de evento;• Estima-se entre 5 e 30% a chance deste evento de risco ocorrer;
3. Médio	<ul style="list-style-type: none">• É comum a ocorrência deste tipo de evento;• Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento de risco ocorrer.
4. Alto	<ul style="list-style-type: none">• Grande probabilidade de acontecer o evento;• São bastantes frequentes os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento;• Estima-se entre 70 e 90% a chance deste evento de risco ocorrer.
5. Muito Alto	<ul style="list-style-type: none">• Probabilidade altíssima de acontecer o evento;• Estima-se em maior que 90% a chance deste evento de risco ocorrer

¹ <https://www.gov.br/agu/pt-br/aceso-a-informacao/DadosAbertos.pdf>





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Critérios de classificação dos riscos – Impacto:

Grau de Impacto	Definição
1. Muito baixo	• Um evento que, se ocorrer, não produz efeito na operação
2. Baixo	• Um evento que, se ocorrer, pode causar apenas um pequeno aumento de custos ou atraso operacional. Os requerimentos podem ser cumpridos
3. Médio	• Um evento que, se ocorrer, pode causar impacto moderado em processo, mas funções importantes ainda assim são executadas.
4. Alto	• Um evento que, se ocorrer, pode causar grande impacto em um processo. Requerimentos secundários podem não ser atingidos.
5. Muito Alto	• Um evento que, se ocorrer, pode causar a falha total de um processo. Incapacidade de atingir um mínimo aceitável dos requerimentos.

Matriz de riscos

Matriz de risco			Probabilidade				
			1	2	3	4	5
			Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Impacto	5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	4	Alto	4	8	12	16	20
	3	Médio	3	6	9	12	15
	2	Baixo	2	4	6	8	10
	1	Muito Baixo	1	2	3	4	5

Critério do grau de Severidade:

Severidade = Probabilidade x Impacto		
Severidade	1 a 4	Baixo
	5 a 10	Médio
	11 a 18	Alto
	19 a 25	Extremamente Alto

- A matriz de riscos é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, consequentemente, os objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, por intermédio da secretária de educação em relação à licitação que trata da aquisição de mobiliário destinado ao setor administrativo, salas multiuso, estúdio podcast, foyer, biblioteca, sala de informática, recepção, sala de projeção e sala de TI do novo Cine Capitólio, equipamento cultural em fase de conclusão. a presente



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

matriz apresenta as colunas tipo, risco, ações (mitigação e controle), Responsável, Probabilidade, Impacto e Severidade:

MAPA DE RISCOS

NÍVEL DE RISCO			RISCO	DANO	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA/ CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
G	P	RISCO					
3	3	9	SELECIONAR EQUIPE INADEQUADA PARA REALIZAR O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	ELABORAR ESTUDO/LEVANTAMENTO FALHO, INCOMPLETO OU IMPRECISO, PODENDO OCASIONAR PREJUÍZOS NA CONTRATAÇÃO	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escolher equipe e ou servidor com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento. Ação Preventiva ➤ Substituir membros da equipe planejamento que não estejam apresentando bom rendimento. Ação de Contingência ➤ Capacitar os servidores escolhidos para o planejamento. Ação de Contingência ➤ Designar os membros com maior experiência em contratações daquela natureza. Ação de Contingência 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ SETOR REQUISITANTE
3	3	9	MENSURAÇÃO INCORRETA DE PREÇOS	INEXEQUIBILIDADE OU ELEVÇÃO DE CUSTOS DECORRENTE DO INCORRETO LEVANTAMENTO DOS PREÇOS MENSURADOS	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A equipe de pesquisa preços da contratação deve sempre se basear nas Instruções Normativas vigentes referentes à contratação respectiva e ponderar os valores estimados para com a realidade local. Ação Preventiva ➤ Não aprovação da pesquisa de preços. Ação de Contingência 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ SETOR DE PLANEJAMENTO (PESQUISA DE PREÇOS)
3	4	12	FALHA NA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRÉLIMINAR	ATRASOS NO CURSO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DO OBJETO; CONTRATAÇÃO INEFICIENTE LICITAÇÃO FRACASSADA, DESERTA OU CONTRATAÇÃO DEFICIENTE, GASTOS COM PROCESSO LICITATÓRIO INEFICIENTE	ALTO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar estudo técnico preliminar que identifique todas as partes da solução necessária ao atendimento da necessidade que motivou a contratação. Ação Preventiva ➤ Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares. Ação de Contingência. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ SETOR DE PLANEJAMENTO ➤ DIRETORIA ADMINISTRATIVA
3	2	6	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	ATRASO NA CONTRATAÇÃO DO OBJETO; CONTRATAÇÃO INEFICIENTE;	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar estudos preliminares anteriores a elaboração do Termo de Referência. Ação Preventiva ➤ Elaborar Termo de Referência de acordo com os modelos da AGU. Ação Preventiva 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ SETOR DE PLANEJAMENTO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

				DESPERDÍCIO DE RECURSOS PÚBLICOS		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Readequar o Termo de Referência com inclusão das instruções ausentes. Ação de Contingência. 	
3	4	12	ATRASSO OU DEMORA NA CONCLUSÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	ATRASO NA DISPONIBILIZAÇÃO DA SOLUÇÃO; NÃO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ACORDADOS NO PLANO DE TRABALHO.	ALTO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Encaminhar autos para análise respeitando os prazos programados para a devida manifestação e contratação. Ação Preventiva ➤ Acompanhar a tramitação do processo, para que se faça cumprir os prazos Ação Preventiva ➤ Apoiar às áreas por onde houver a tramitação do processo, no que couber. Ação Preventiva ➤ Mitigar as causas que estejam contribuindo com a morosidade do processo. Ação de Contingência. 	SETOR DE PLANEJAMENTO
4	3	12	FALTA DE PESSOAL PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO	FALTA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, NÃO OBSERVÂNCIA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE)	ALTO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manter substitutos e capacitar novos integrantes ao ciclo do objeto processual. Ação Preventiva ➤ Redistribuição de atividades entre servidores e priorização de demanda. Ação de Contingência. 	DIRETORIA ADMINISTRATIVA E ORDENADOR DE DESPESAS
4	5	20	QUALIFICAÇÃO INSUFICIENTE DOS FISCAIS DO CONTRATO	BAIXA QUALIDADE NO FORNECIMENTO DOS ITENS.	EXTREMA MENTE ALTO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicar servidores capacitados Ação Preventiva ➤ Prover treinamento aos servidores que serão indicados, Ação de Contingência. 	DIRETORIA ADMINISTRATIVA E ORDENADOR DE DESPESAS
4	5	20	EXECUÇÃO EM DESACORDO COM O CONTRATO.	PREJUÍZO AO ERÁRIO, RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO	EXTREMA MENTE ALTO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhar e exigir da contratada o início da execução do contrato, conforme estabelecido em Termo de Referência. Ação Preventiva ➤ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário. Ação de Contingência. 	FISCAIS GESTORES CONTRATO DESIGNADO

Campina Grande, data de assinatura eletrônica.

Patrício Natanael da Silva Alvaro
Assessor Técnico



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 26C5-6846-F486-A5F5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PATRICIO NATANAEL DA SILVA ALVARO (CPF 098.XXX.XXX-55) em 02/02/2026 12:23:00

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/26C5-6846-F486-A5F5>





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

ANEXO II

Planilha de Quantitativos e Preços





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

PLANILHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026 – SEDUC

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MESA REDONDA 100 CM	UND	11	R\$ 472,75	R\$ 5.200,25
2	MESA REDONDA 120 CM	UND	2	R\$ 553,04	R\$ 1.106,08
3	MESA SEMI OVAL	UND	1	R\$ 2.502,67	R\$ 2.502,67
4	MESA BASCULANTE 180 CM	UND	7	R\$ 866,51	R\$ 6.065,57
5	MESA BASCULANTE 90 CM	UND	1	R\$ 824,56	R\$ 824,56
6	MESA EM L COM ARMÁRIO	UND	1	R\$ 1.870,35	R\$ 1.870,35
7	MESA DE INFORMÁTICA DUPLA	UND	2	R\$ 483,33	R\$ 966,66
8	MESA INFORMÁTICA DUPLA C/ DIVISÓRIA	UND	5	R\$ 1.385,00	R\$ 6.925,00
9	BALCÃO DE ATENDIMENTO	UND	1	R\$ 1.410,00	R\$ 1.410,00
10	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO	UND	1	R\$ 761,98	R\$ 761,98
11	ESTANTE BAIXA MODULAR – BIBLIOTECA	UND	30	R\$ 1.662,85	R\$ 49.885,50
12	QUADRO BRANCO MÓVEL C/ RODÍZIOS	UND	6	R\$ 993,76	R\$ 5.962,56
13	CADEIRA FIXA	UND	106	R\$ 96,00	R\$ 10.176,00
14	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA	UND	13	R\$ 247,31	R\$ 3.215,03
15	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE	UND	1	R\$ 437,33	R\$ 437,33
16	PUFF QUADRADO	UND	9	R\$ 154,93	R\$ 1.394,37
17	PUFF REDONDO	UND	18	R\$ 191,08	R\$ 3.439,44
18	BANCO ESTOFADO	UND	5	R\$ 646,67	R\$ 3.233,35
19	PIPOQUEIRA INDUSTRIAL INDEPENDENTE	UND	1	R\$ 3.751,42	R\$ 3.751,42
20	MESA CAMARIM C/ ESPELHO E GAVETA	UND	10	R\$ 956,67	R\$ 9.566,70
21	ARARA MÓVEL P/ ROUPAS C/ RODÍZIOS	UND	4	R\$ 228,11	R\$ 912,44
22	SOFÁ 03 LUGARES	UND	2	R\$ 1.377,31	R\$ 2.754,62
23	TV FOYER	UND	1	R\$ 69.054,20	R\$ 69.054,20
VALOR TOTAL: 191.416,08 (cento e noventa e um mil quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos)					

Campina Grande, data da assinatura eletrônica



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

CINTHYA DA SILVA BEZERRA
Assessora Técnica





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A996-48F1-EE06-8E00

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CINTHYA DA SILVA BEZERRA (CPF 101.XXX.XXX-30) em 04/02/2026 09:38:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/A996-48F1-EE06-8E00>





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

ANEXO III

Modelo De Proposta De Preços





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.06.02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026 – SEDUC

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.

Atenção: A planilha deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa participante do processo licitatório, bem como, conter carimbo e assinatura do responsável.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:				CIDADE:		
CEP:				E-MAIL:		
CONTATO TELEFÔNICO:						
BANCO:				CONTA BANCÁRIA		
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UND	VLR UND	VLR TOTAL
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA XXXXXX DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) DIAS.
- 3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO DOS BENS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PB, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
- 5 QUE O PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE FORNECIMENTO OU DOCUMENTO SIMILAR, NAS DIRETORIAS DE LOGÍSTICA E ABASTECIMENTOS DAS SECRETARIAS REQUISITANTES, ONDE TODOS OS ITENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO POR NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DISCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA OU DE MÁ QUALIDADE.

Atenção: As empresas devem encaminhar suas propostas atentando-se para evitar a apresentação de cotações que contenham preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, conforme estabelecido na legislação em vigor. Além disso, é crucial que as propostas não ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes. É importante ressaltar que, sob pena de desclassificação, serão rejeitadas as propostas que não estejam em conformidade com essas diretrizes.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

ANEXO IV

Minuta de Termo de Contrato





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÃO – LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 014/2026 - SEDUC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMPINA GRANDE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A)
E

A Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Paulino Raposo, 71 e 347, no Bairro São José, na cidade de Campina Grande/PB, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.732.273/0001-32, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário de Educação, o Sr. Raymundo Asfora Neto, brasileiro, casado, advogado, residente em Campina Grande, Estado da Paraíba, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do DECRETO Nº 4.751, DE 18 DE ABRIL DE 2023, Portaria de Penalidades SAD nº 254/2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO INSTITUCIONAL NOVO DESTINADO À ESTRUTURAÇÃO DO NOVO CINE CAPITÓLIO, INCLUINDO FORNECIMENTO, ENTREGA, MONTAGEM E INSTALAÇÃO PROVIDA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Verificada a ocorrência de atraso na execução contratual decorrente de culpa exclusiva da contratada em cumprir o prazo acordado, esta não terá direito ao reajuste do valor estipulado no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. As sanções de que trata este Edital são aquelas descritas nos artigos 155 a 163, da LEI Nº. 14.133/2021, bem como na forma prevista na PORTARIA DE PENALIDADES SAD Nº 254/2024, a qual encontra-se acessível através do link [cdc.campinagran.de].

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

12.4.1.1.1A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.1.1.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro do Município de Campina Grande -PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.06.02/2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 531C-DB87-333D-B265

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAYMUNDO ASFORA NETO (CPF 069.XXX.XXX-10) em 22/04/2026 10:14:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/531C-DB87-333D-B265>